



## PENSAR AS CRIANÇAS INDÍGENAS KAINGANG PELOS CAMINHOS DA ETNOGRAFIA

Thinking kaingang indigenous children through ethnography pathways

Silvia Maria Alves de **ALMEIDA**  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis, Brasil  
sii.llvv2017@gmail.com

Kátia Adair **AGOSTINHO**  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis, Brasil  
katia.ufsc@gmail.com

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

### RESUMO

A composição deste artigo buscou aproximar-se de alguns elementos presentes no campo metodológico da etnografia, para então dialogar e problematizar a respeito dos desafios da pesquisa com crianças indígenas. Destaca-se a relação pesquisadora-crianças no campo da pesquisa e a produção da escrita etnográfica enquanto possibilidade de desconstrução de “verdades” que constituem o pensar, as crianças e infâncias indígenas. A trajetória da etnógrafa no campo e sua relação com as crianças indígenas na pesquisa etnográfica se constitui por caminhos, leituras que demarcam as escolhas. Numa relação ética de olhar para si e para o “outro”, dos estranhamentos que marcam a travessia pela pesquisa e da multireferencialidade de olhares que nos colocam ao campo, a escrita aparece tecida na etnografia pela incompletude, profundidade, complexidade de si e do campo que a significa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Etnografia; Crianças indígenas; Relação pesquisador-adulto-crianças; Escrita.

### ABSTRACT

The composition of this article seeks to get close to some elements present in the methodological field of ethnography, in order to dialogue and discuss the challenges of research with indigenous children. The researcher-children approach in the field of research and the production of ethnographic writing stand out as the possibility of deconstructing “truths” that constitute thinking as children and indigenous childhoods. The trajectory of the ethnographer in field and her relationship with the indigenous children in the ethnographic research is constituted by paths, readings that demarcate their choices. In an ethical relation of looking at oneself and to the “other”, the strangeness that mark the crossing between the research and the multireferentiality of views that put us in the field, the writing appears interlace in the ethnography by the incompleteness, depth, complexity or itself and from the field that means.

**KEYWORDS:** Ethnography; Indigenous children; Researcher-adult-children relationship; Writing.

# 1. PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES: DAS CRIANÇAS, INFÂNCIAS E ETNOGRAFIA

Por onde começar? Como encontrar o lugar, em meio à vertigem de possibilidades, que servirá para um começo? Como desbastar as oportunidades que se oferecem como certas, únicas e redentoras? Será que escolhendo um caminho que surge como chance de começo não se perdem outros melhores? Ou será que qualquer caminho serve, contanto que se comece e, mais tarde, quando já se tiver começado, conserta-se o que estiver errado? [...] quando se escolhe um caminho, ele parece definitivo, [...] que junto àquele havia muitos outros que poderiam acompanhá-lo [...] seria possível abordar muitos começos, deslocar-se de um para outro, começar e recomeçar [...]. (JAFFE, 2016, [s.p.]).

O diálogo que ora enunciamos nesta escrita inicia-se com um excerto de Jaffe (2016) que, ao dispor de algumas indagações, nos leva a pensar a composição da pesquisa que tem como sujeito as crianças indígenas Kaingang. De entre estas ressaltamos: por onde começar? – pelas crianças. Que caminhos percorrer no campo, quando a pesquisa envolve crianças? No nosso caso, crianças indígenas Kaingang? A pesquisa com crianças indígenas comporta que sigamos “qualquer” caminho? A proposição não está em encontrar um caminho certo, único, mas as possibilidades de muitos começos, travessias, saberes que se constituem pela etnografia, assumindo a vertigem de possibilidades que contribuem para que possamos superar e desbastar as oportunidades que se oferecem como certas, únicas e redentoras.

As primeiras aproximações com a etnografia e com as crianças indígenas nos desafiam e colocam diante da complexidade de relações que se apresentam entre estar com as crianças indígenas e tecer uma etnografia sob uma postura ética para com os sujeitos crianças da pesquisa e a escrita que delas se anuncia, seja na aldeia, seja na cidade. Destacamos, então, para este artigo um recorte dos estudos sobre crianças indígenas e etnografia, apontando para dois elementos que consideramos importantes no campo da etnografia em pesquisa com crianças indígenas, sem a pretensão de esgotá-los ou conceituá-los, mas de trazê-los para o diálogo numa perspectiva de problematizá-los, interrogá-los a partir desta pesquisa. O primeiro refere-se à pesquisa com crianças indígenas na relação adulto-crianças-pesquisadora e o segundo trata da escrita pela etnografia, o que nos coloca as primeiras interrogações: que concepções de crianças e infâncias embasam os modos como olhamos, pensamos e registramos pela escrita as crianças indígenas em pesquisa com crianças? Como se constituem as relações e aproximações entre pesquisadoras e crianças indígenas ao entrar no campo?

Que enunciados são produzidos e produzem os sujeitos crianças em suas relações com a aldeia e a cidade, e quais são tomados como produtores de verdade e se tornam objetos de conhecimento, validados, ou não, numa pesquisa de campo?

A chegada ao campo, inicialmente estabelecido como sendo a rodoviária, desconstrói aquilo que produzíamos como “verdade” sobre as crianças Kaingang:

No dia 10 de abril de 2017, próximo à Páscoa, encontro em uma das minhas idas à rodoviária de Xaxim, algumas crianças e suas mães. Havia construído a ideia que as crianças acompanhavam seus familiares nas vendas de artesanato somente no período de férias; meu olhar passou nesse momento estar mais atento à leitura que eu fazia até aqui das crianças indígenas na cidade. Percebo, naquele momento, que as verdades que eu havia construído sobre as crianças e o tempo delas na rodoviária já não eram mais somente aquelas. E a dúvida me inquietou, pois sabia que outros olhares ‘superficiais e equivocados’ se faziam das crianças Kaingang, de sua cultura, da comunidade, e destas no espaço da cidade. Outras questões colocavam-se em meu pensamento e se faziam na escrita de meus registros: o que as crianças pensam desse espaço? Como elas se sentem ao sair de sua comunidade e habitar outros espaços? Como elas veem o não indígena na cidade quando este a aborda, na rua, no mercado, na rodoviária? Como as famílias se organizam na rodoviária com as crianças? Quantos grupos ou famílias se apresentam nesse espaço? Como foi chegarem até aqui? O que os aproxima e difere entre si? (Diário de campo, 10 de abril de 2017).

Embora sem respostas imediatas, encontrava na pesquisa etnográfica uma possibilidade de estar com as crianças e, a partir delas, conhecer suas experiências na aldeia e na cidade. A indecisão estava por onde começar a conhecer as crianças indígenas Kaingang: seria pela via da rodoviária ou da aldeia? Como seu universo estaria sendo representado na aldeia e na cidade? Do que se ocupam as crianças indígenas nestes lugares? Como Elaine de Paula (2014, p. 33), defendemos uma pesquisa que

busque desvelar o lugar que as crianças ocupam e compreender os seus jeitos de se expressar exige, como princípio básico, partir dos próprios pontos de vista das crianças. Partir dos seus modos de pensar, de falar, de agir, enfim, de significar seus mundos sociais. (PAULA, 2014, p. 33).

Neste sentido, o campo nos coloca uma das primeiras questões e desafio ético na pesquisa com as crianças – o que trata da autorização destas na participação na pesquisa e a consideração de seu ponto de vista acerca do que vivenciam. Em 2017, as primeiras entradas no campo da pesquisa tinham como objetivo dialogar, ouvir e participar das atividades das crianças Kaingang, mas as relações de proximidade e confiança entre a pesquisadora e elas não foram algo que se constituíram imediatamente.

Percebo que o que nos aproxima ao chegar na aldeia, são os sorrisos, sempre de longe, pois quando me aproximo fisicamente, as crianças ficam caladas e parecem distantes e desconfiadas; o sorriso, independente da língua, tem-nos aproximado e tem sido uma forma de estar ali e estabelecer vínculos. (Diário de campo, 14 de novembro de 2017).

Manuela Ferreira (2010) refere-se também, junto ao assentimento, à questão das recusas das crianças quando da realização de uma pesquisa; que a recusa pode acontecer em meio do processo e que as crianças poderão, a qualquer momento da pesquisa, não sentirem-se à vontade em continuar e anunciarem a sua retirada por um tempo ou definitivamente. Importa, pois, que tais situações sejam “perspectivad[as] como uma estratégia em curso, num *continuum* exigindo aprofundamentos na compreensão dos seus significados.” (AGOSTINHO, 2016, p. 8). Ainda em relação à autorização pela criança quanto à sua participação nas pesquisas, salientamos a necessidade de “dividir com as crianças os resultados alcançados e os desafios enfrentados se quisermos, de fato, consolidarmos uma perspectiva de participação ativa.” (MUBARAC SOBRINHO, 2008, p. 6).

A autorização das crianças para participarem da pesquisa de campo decorreu das relações de confiança e de aproximação entre pesquisadora e crianças; processo longo e permanente entre idas e vindas ao campo; autorização esta que passou pelo cacique, liderança, adultos indígenas responsáveis pelas crianças para somente depois chegar às crianças. Como a pesquisa envolveu bebês e crianças pequenas na sua grande maioria, a permissão quanto aos dados não foi a elas solicitada pela via da comunicação oral, mas passou pelos seus responsáveis. Elas tiveram participação na pesquisa aceitando, ou não, por meio de manifestações que se deram entre o choro e o sorriso, me retirava todas as vezes que não estava sendo autorizada a permanecer. Quanto às crianças maiores, a autorização acerca dos dados também passou pelos adultos e por elas, na medida em que aceitavam minha presença. No excerto a seguir percebemos, do campo, as relações que se constituíram entre adulta pesquisadora não indígena e crianças Kaingang.

Chego na comunidade por volta das 12:45 da tarde; estou decidida e confiante que hoje as crianças me acompanharão pela comunidade e me apresentarão como é seu dia a dia na aldeia; reúno meus materiais, diário, câmera fotográfica, os cadernos de Dafne que combinei que levaria e vou de encontro à casa de Nicolli. Passo em frente à casa de Aruana e vejo, da rua, Aruana e Porã, que estão sentadas na varanda, cada uma com um cobertor, estão sentadas conversando, brincando, rindo entre si. Cumprimento elas e Porã sorri e se esconde com o cobertor, tira-o logo da cabeça e volta a sorrir, num movimento e expressão do corpo que fica descontraído, relaxado. Quando pergunto: ‘- Você vai comigo caminhar

pela comunidade, hoje?'. Porã diz: '- Ahhhh, vai a Aruana'. '- A Aruana pode deixar a casa?'. '- Não, não posso, a mãe foi pra cidade'. Então percebo que Porã está feliz naquele lugar e não faz sentido, para ela, o estar comigo. Aruana diz que tem o Kanaue. Pergunto onde ele está e, assim que pergunto por ele, ouço ele dizendo: '- Oi' (junto dele mais um menino e uma bola). Pergunto naquele momento, mas já sei que não tenho como 'disputar' atenção das crianças que brincam. Kanaue então me diz: '- Ahhhh, eu não vou'. (Diário de campo, 26 de julho de 2018).

Estar com as crianças indígenas Kaingang e por elas ser aceita em seu território físico e social decorreu de um longo período de tempo e quando estava certa de que a aproximação e confiança era tecida entre nós, situações do dia a dia como a que fora citada, se colocava como "impeditivo" de minha entrada em seus universos.

Adultos e crianças desta aldeia são falantes da língua Kaingang<sup>1</sup> desde seu nascimento; algumas delas aprendem a língua portuguesa somente com a entrada na escola. O fato da pesquisadora não ser falante da língua constituiu-se num outro desafio em estar no campo e realizar os registros dos diálogos com fidelidade ao que estava sendo enunciado pelas crianças. Nem todas as crianças compreendem a língua portuguesa e, nesse sentido, a pesquisa de campo seguiu por outros caminhos e buscou o registro não somente pela oralidade:

Fico atenta aos movimentos, gestos, expressões gestuais, faciais, a fim de registrar esses momentos que podem contribuir com uma aproximação e leitura das crianças pelas experiências por elas vividas. (Diário de campo, 14 de novembro de 2017).

Tuanez e Lauany parecem não se acertar, Tuane 'cutuca' Lauany no braço e ela resmunga, vai até Dafne e também a empurra levemente; Dafne diz no seu idioma: Lauany feia, e ela também diz no idioma: 'Tuane feia'. Quando percebo que elas estão caminhando e uma chamando a outra de algo que não entendo, pergunto para sua avó o que elas diziam; então, ela traduz a fala das duas nesse momento, dizendo que uma estava chamando a outra de feia. (Diário de campo, 12 de fevereiro de 2019).

Consideramos, assim como Eni Orlandi (2005, p. 29), que "a questão da língua que se fala toca os sujeitos em sua autonomia, em sua identidade, em sua autodeterminação." Nesse sentido, entendemos que para as crianças a língua é um elemento constitutivo de seu ser, de seu povo e cultura, e desafiador para a pesquisadora que se aproxima de comunidades indígenas falantes da língua nativa, pois

1 A língua Kaingang, falada pelos povos indígenas Kaingang, vem do tronco da família Macro-Jê (NACKE, 2007).

2 Os nomes dos sujeitos nominados no texto são de origem indígena, porém, estes não representam os nomes reais, a fim de preservar as suas identidades.

não acessar as situações oralizadas pelos nativos constitui uma impossibilidade de compreender a totalidade das vivências e experiências das crianças em seu cotidiano.

O campo se mostra na medida em que adentramos e a aproximação se faz pelas relações de confiança, e também de desconfiança, estabelecidas entre os sujeitos. Por isso, é preciso dar tempo ao campo, refletir sobre e a partir do olhar que a cada entrada tenciona o que se pensava conhecer sobre aquele campo, atravessado pelas irregularidades e permanências que o compõem.

Compor estas reflexões e escrita nos leva também a percorrer um caminho já trilhado por outras leituras e pesquisas produzidas sobre o tema: partimos de um lugar, de um tempo e de fragmentos de uma realidade que se configuram na comunidade indígena Kaingang, e que constituem uma visão de mundo, de conhecimento e “verdades” sobre si e o outro, inscritas nas pesquisas e na própria cultura.

Neste artigo, buscamos interrogar-se diante de alguns desafios da aproximação da pesquisadora, da relação entre adultos e crianças inicialmente constitutivas de desconfiança e estranhamentos; da questão da língua falada na aldeia pelas crianças e adultos; da problematização acerca de “verdades” produzidas sob um viés colonizador, europeu. Para finalizar, tencionamos o enfrentamento da pesquisadora com uma escrita que atravessa por entre as verdades, a ciência, a escolha pela linguagem que enuncia o outro criança indígena, os saberes locais; enfim, de uma escrita que pressupõe o cuidado com o “outro” naquilo que ele significa.

## **2. DE ESTAR COM AS CRIANÇAS INDÍGENAS: RELAÇÕES ADULTOS-CRIANÇAS-PESQUISADORA**

Imagens de crianças que brincam, que trabalham, que estudam, que aprendem (ou não). Imagens de crianças amáveis e amadas; crianças bem comportadas; crianças diferenciadas; crianças confinadas ou abandonadas, subjugadas, autônomas, liberadas. Imagens de crianças que crescem e que deixam de ser crianças. Imagens de crianças quase-adultas nos seus modos de viver. Imagens de como tudo – a criança, a infância, a educação – deve ser. Imagens que participam do imaginário social de nossa época. (SMOLKA, 2002, p. 100).

Smolka (2002), neste fragmento, cita as possíveis imagens e as relações que se estabelecem entre as crianças em diferentes contextos, o que permite deslocar o percurso do nosso pensar as imagens construídas pelas mídias, pelos profissionais de

diferentes áreas da saúde, educação, de como devemos educar e cuidar das crianças indígenas, e que se propaga no senso comum. Das imagens que compõem o imaginário social da região, citamos algumas que são atribuídas às crianças indígenas Kaingang, como: “negligenciadas” pelas famílias no cuidado com as necessidades básicas da criança; fragilizadas pelas condições econômicas e culturais que vivem; “exploradas” pelo trabalho infantil por acompanharem os familiares na vinda à cidade na venda do artesanato, dentre outras. Neste sentido, e diante destas imagens, problematizamos: os lugares instituídos às crianças indígenas, as relações estabelecidas para com outras crianças e adultos indígenas e não indígenas, as pesquisas que lemos e produzimos com elas e sobre elas, e tantas outras imagens que perpassam por outros contextos e momentos históricos sobre os povos indígenas e que não se referem à sua cultura. A fala de uma das lideranças indígenas sobre a relação das crianças com a cidade e a imagem destas na cidade para o não indígena denota o medo e a preocupação com os dados que a pesquisa poderá resultar na visão do não indígena: “esse é nosso medo, o que você vai dizer das nossas crianças, eles vão pensar que as crianças devem ficar na comunidade então.” (Diário de campo, 01 de agosto de 2018).

Esta fala aponta para a complexidade dos elementos que constituem as relações das crianças indígenas Kaingang em seus modos de ser, viver, pensar e estar no mundo, que se fazem na e pela história, das interpretações e armadilhas que estão envoltas entre as culturas indígenas e não indígenas sob um viés etnocêntrico, compondo o “imaginário social de nossa época”.

Outra questão a pensar ao objetivarmos a pesquisa com crianças indígenas está em como olhar para as crianças e infâncias indígenas tensionando a perspectiva de uma “natureza infantil”, de um sujeito dependente e “incapaz”, decorrente de uma imagem idealizada de criança, de cultura e sociedade que nos foi instituída pela história do pensamento moderno, ocidental. Conforme enunciado por uma das lideranças da aldeia, em diálogo com a pesquisadora sobre as crianças indígenas e suas relações com a aldeia e a cidade: “não adianta o povo branco dizer e querer interferir na nossa organização, nós não somos o povo branco”. (Diário de campo, 01 de agosto de 2018).

A idealização de um modelo dominante de criança e infância que atravessou sociedades e culturas e, ainda hoje, corrobora uma visão universal de criança e da sua relação de dependência para com o adulto “remete as crianças para um estatuto pré-social: as crianças são ‘invisíveis’ porque não são consideradas como seres sociais em pleno direito. Não existem porque não estão lá: no discurso social.” (SARMENTO, 2009, p. 19).

Em relato de uma das lideranças indígenas Kaingang, quanto ao modo como as instituições constituem-se e organizam projetos, leis, normas que pressupõem objetivos para a educabilidade das crianças indígenas prescrevendo como deve ser a relação da criança com a cidade, com o adulto e com a cultura indígena e não indígena, percebemos a sua preocupação acerca da construção de uma casa que seria destinada aos indígenas quando de sua passagem na cidade para a comercialização do artesanato. De acordo com essa liderança, “acho complicado deixar nossos filhos na casa porque eles não vão querer ficar, eles estão acostumados com a gente, de ficar com nós.” (Diário de campo, 01 de agosto de 2018).

As crianças indígenas e suas infâncias vividas na aldeia e na cidade deslocam as “verdades” textualizadas por autoridades administrativas, por profissionais de diversas áreas que discutem sobre os direitos das crianças e dos indígenas e subscrevem uma releitura destas produções na composição de outros modos de pensar as crianças, pelos percursos e saberes que estão atravessados em seu cotidiano e na produção de sua história, marcada pela colonialidade<sup>3</sup>. No encontro com as crianças indígenas Kaingang na cidade, mais especificamente na rodoviária, entre as idas e vindas a campo, os primeiros sentimentos da pesquisadora em relação às crianças, e que perpassam seguidamente o senso comum de quem as observa na cidade, denota a ideia de certa “falta de cuidado” dos familiares para com algumas crianças, que andam descalças em determinadas situações, principalmente quando correm pelas calçadas da rodoviária; no inverno, algumas vezes, estão com roupas curtas e dormem junto de seus familiares no espaço da rodoviária; acompanham os familiares nos semáforos em que comercializam os artesanatos. Diante destas situações e, por vezes, frente a olhares e pesquisas que não se deslocam para a aldeia, temos a produção de uma escrita e de um pensamento que significa a partir de sua cultura estas situações descontextualizadas, enunciando conhecimentos que necessitam ser problematizados frente ao que vivem as crianças em suas aldeias. O contraste entre o que pensamos e dizemos das crianças indígenas na cidade é colocado em questão quando chegamos à aldeia e as encontramos em contato com o lugar, a natureza, relacionando-se de forma muito próxima e, conhecedoras do tempo, espaço, lugar, participam de todas as

<sup>3</sup> O conceito de colonialidade que encontramos nas leituras de Quijano (2010), introduzido pelo autor nos anos 1980, está relacionado com o “padrão mundial do poder capitalista”, configurando relações intersubjetivas baseadas no eurocentrismo. Para Mignolo (2017, p. 2): “A colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada.”



atividades e são cuidadas pelos adultos homens e mulheres e outras crianças maiores. De acordo com uma das lideranças sobre o cuidado e o que pensam de seu povo: “Nós cuidamos de nossos filhos diferente do branco, e isso ele não entende”. (Diário de campo, 17 de novembro de 2017).

A etnografia, portanto, possibilita revisitar as leituras produzidas e situadas num tempo e espaço maiores com o intuito de problematizar os conhecimentos que perspectivaram processos de colonização dos nativos. Veja-se o caso das áreas da saúde e/ou da educação que se colocam na aldeia para crianças e adultos por meio de protocolos e documentos oficiais que orientam o cuidar e o educar crianças desde sua concepção até a fase adulta, e que incluem pesagens e medidas colocadas numa perspectiva desenvolvimentista da infância. Veja-se ainda o próprio pensar da pesquisadora sobre si e o outro quanto às questões relacionadas com a presença das crianças Kaingang na rodoviária e na cidade. Tal problematização pressupõe

descortinar um vasto campo de debates, que carece de mais e mais etnografia produzida dentro e fora do contexto europeu, urbano e globalizado, de modo que favorecesse a análise comparativa. Afinal, não devemos querer que se repita um erro do passado, a saber, que o conhecimento construído sobre a infância seja apenas o das sociedades dominantes, e que o entendimento de todos as outras parta da aplicação desse modelo, sem o questionar, perpetuando assim a hegemonia de um padrão de ‘criança’ ocidental e etnocêntrico. Pelo contrário, o que nos interessa é desconstruir esse modelo. (NUNES, 2002, p. 66).

Nesse sentido, apontamos para a influência da cultura não indígena nos modos de ser e viver das crianças indígenas na escola, na igreja, na cidade, quando as crianças acompanham suas famílias e/ou na própria aldeia sob a influência das mídias, das políticas acerca da educação, da saúde, as quais estabelecem algumas “verdades” sobre seus modos de ser, pensar e viver sua cultura. Em conversa com uma das profissionais da saúde, que é Kaingang, sobre as crianças e os conhecimentos produzidos sobre a cultura de seu povo, diz:

quando entrou a religião evangélica e os cristãos nas comunidades esse foi um dos motivos que fez com que o povo sentisse medo do pajé, acreditasse que ele fizesse o mal. Acredito que se não tivesse entrado essas religiões aqui nós seria cem por cento da cultura. (Diário de campo, 18 de julho de 2018).

Numa pesquisa etnográfica com as crianças indígenas é preciso considerarmos que os saberes locais que significam aqueles sujeitos e permitem a sua expressão, seja pela oralidade, seja pela corporeidade ou outra manifestação, dispõem de elementos comuns a todos os membros do grupo, e de outros que são significados somente por

alguns – isso nos coloca a pensar que na mesma comunidade poderemos ter divergências e anuências sobre as mesmas questões. Portanto, a etnografia não é universal, se diferencia em suas formas de conceber o mesmo objeto ou situação:

Pela etnografia, o contato com as crianças indígenas Kaingang me permitiu pensar, repensar, visitar e revisitar os registros e a própria concepção de criança e infância que constituía o meu pensamento. O encontro foi lento, pelos acenos, sorrisos e desconfiança das crianças em relação à minha presença na aldeia. (Diário de campo, 07 de julho de 2017).

Cristina Gouvêa (2011) destaca a alteridade como um elemento a considerar na relação entre a criança e o outro-adulto, o que aqui nos interessa para pensar na pesquisa com as crianças indígenas enquanto não indígena pesquisadora. Assim:

A infância, por um lado, remete-nos a um estranhamento, a uma relação com o mundo marcada pela diferença em relação ao adulto [...]. A alteridade da infância não é absoluta, o outro habita em nós, nos constitui e se pronuncia, através da memória, remetendo-nos a um passado que ainda persiste e insiste. Entre o desconhecimento e a profunda identificação, situamo-nos em relação à infância, tentamos compreendê-la, significá-la. (GOUVÊA, 2011, p. 549).

Corroboramos com Patrícia Lima (2015) que a alteridade em pesquisas com crianças, na relação entre eu e o outro, se constitui na diferença, na heterogeneidade, o que nos desafia a:

Pensar a infância como algo ainda por nós desconhecido e, sobretudo, problematizar essas concepções de início que vêm sendo usualmente repetidas nos diferentes contextos e práticas sociais que envolvem a infância, é um desafio grande que, assumido por nós, pesquisadores/as, visa reconhecer a importância de outras adjacências conceituais para compreendermos melhor o conceito de alteridade e, conseqüentemente, o próprio conceito de infância. (LIMA, 2015, p. 98).

Os modos como as crianças se relacionam com os adultos e outras crianças na aldeia também nos remetem a um outro “estranhamento” quanto àquilo que se diferencia e naquilo que compõe uma outra relação das crianças com o meio físico e social, junto de seus pares e com aqueles que lhes são próximos. Em uma das entradas no campo da pesquisa, no encontro com as crianças que conheci pela primeira vez, o “estranhamento” decorre daquilo que se institui como sendo o lugar de crianças e que nesse fragmento procuramos discorrer, problematizando-o:

Próximo à casa da mãe de Niara, avisto de longe, quatro crianças sentadas quase no meio da rua, embaixo de uma árvore que fazia sombra; o dia estava muito quente. Percebo, enquanto vou seguindo, que quando os carros passavam pela rua elas se afastavam um pouco, mas

voltavam a sentar na rua, conversavam entre si. A passagem dos carros é rara, mas algumas vezes há trânsito destes por esta rua que é a principal na comunidade. Fui me aproximando, pois esse era meu caminho de volta ao carro e, ao me aproximar disse 'oi'. Eles riram, eram quatro meninos; tentei interagir conversando, me apresentei, disse meu nome e disse que eu estudava. Riam entre si e alguns não me olhavam. Depois de um tempo com eles, quando perguntei o que havia num litro pet que portavam junto, eles riram novamente; pareceram não me levar muito a 'sério'. Continuaram conversando na língua, e eu tentando me aproximar e me interessar por aquilo que eu via que eram pequenos peixes que estavam dentro de garrafas pet cortadas. Perguntei como pescavam, não responderam, continuei falando e perguntei se era com anzol. Informaram que sim, estavam com dois litros com água e alguns peixes. Disseram primeiro que pescavam com anzol. Perguntei onde estava o anzol, não me responderam; passado um tempo perguntei sobre como pescaram 'se com minhoca'; disseram que 'com farinha'. Depois, no decorrer da conversa me disseram que pescaram com o próprio litro de pet, que cortaram o litro e colocaram na água para pescar os peixes. Alguns peixes estavam vivos, eram pequenos, estavam na água dentro de um dos litros, e no outro litro não havia mais água, os peixes estavam mortos, somente um, às vezes, se mexia mesmo sem a água. E eles mexiam com os litros e riam e falavam no idioma. Sempre que eu perguntava algo para eles, sorriam; alguns se escondiam por entre as suas pernas, todos sentados na rua, e eu sentei-me junto. [...]

- O que farão com os peixes?

- Vamos comer

- Quem vai fazer?

- A minha avó.

- Essa quantidade vai dar para todos comer?

- Tem mais peixe, não são só estes. (Diário de campo, 19 de março de 2018).

Percebemos neste excerto que as crianças indígenas constituem-se de relações de confiança, autonomia, conhecimento sobre o que as cerca, do lugar que vivem, pelos saberes locais de adultos e crianças em sua convivência social, sob um viés que se coloca no tensionamento acerca daquilo que definimos como padrão de educação para crianças, de uma criança e infância universalizadas.

Entre o adulto pesquisador e as crianças sujeitos pesquisados decorrem, de acordo com Ferreira (2010), relações que delimitam o papel de cada um no processo da própria pesquisa, em que endossamos que a pesquisa com crianças indígenas têm uma relação muito próxima e marcada pela presença do adulto indígena em suas diversas atividades na aldeia, principalmente as crianças pequenas que acompanham os adultos nas mais variadas atividades por eles desenvolvidas, seja na aldeia, seja na cidade.

No dia 20 de julho de 2018 em uma das idas a campo, encontro no caminho, ainda na cidade, a mãe da pequena Inaiê, bebê de cerca de 11 meses. Ofereci uma carona e ajudei-a a carregar os alimentos até o carro. No caminho conversamos e expliquei a pesquisa sobre as crianças

indígenas; ela ouviu com atenção, contou que vai para a cidade fazer a venda do artesanato e leva suas filhas junto: 'agora que Inaiê está engatinhando tenho que cuidar porque às 5 horas da manhã ela acorda e sai engatinhando; daí, é mais perigoso na cidade, eu nem tô mais saindo tanto'. Nesse momento aproveitei para me colocar à disposição e acompanhar ela aquando da sua ida à cidade: 'eu poderia ir junto na cidade quando fizesse a venda dos artesanatos, poderia segurar ela enquanto fizesse a venda'. Imediatamente sua mãe diz: 'elas não ficam nem com minha irmã, só ficam comigo'. Diante da resposta e da situação colocada, busquei não tocar no assunto e logo conversamos de outras coisas da aldeia. (Diário de campo, 20 de julho de 2018).

Salientamos que em pesquisa com crianças Kaingang, enquanto adultos, não deixamos de ser observados, concebidos e tratados pelos adultos e crianças do povo Kaingang como não indígenas, que compartilham, ou não, de seu cotidiano, de acordo com sua autorização, assentimento em estar com elas.

De acordo com Martins Filho e Prado (2011), as pesquisas com crianças, na relação do adulto com as crianças, têm se colocado numa busca pela posição de horizontalidade, demarcando a participação das crianças enquanto atores sociais. Evidenciamos entre pesquisadora-adulta não indígena e crianças indígenas relações de poder que transitam entre ambos, o que delimita e marca o papel de cada um nessa relação. Portanto, ao olhar as crianças indígenas Kaingang pelas possibilidades da etnografia, esta permite rever conceitos, valores e saberes que nos fazem pesquisadoras e colocam em questão: quais elementos referenciamos para "conhecer" as crianças indígenas e suas infâncias? A partir da etnografia revisitamos estes conhecimentos ao nos aproximarmos das crianças no percurso da própria pesquisa, o que nos leva a repensar o nosso lugar na pesquisa sobre e a partir das crianças e o que sobre ela tem sido produzido. A etnografia nos permite olhar a diversidade com que os grupos se apresentam, fazendo-nos perguntar sobre a relação entre adultos e crianças.

### **3. DAS LEITURAS E ESCRITAS AO COMPOR UMA ETNOGRAFIA COM CRIANÇAS INDÍGENAS**

"Não era mais a denúncia das palavras que me importava mas a parte selvagem delas, os seus refolhos, as suas entraduras." (BARROS, 2016, p. 78).

Instigadas em problematizar a escrita e a escolha que se faz das palavras que definimos como texto para descrever o campo na pesquisa com crianças, partimos de

um excerto de Manuel de Barros para pensar a composição de uma escrita que se textualiza pelas escolhas do etnógrafo. Isso significa buscar nas palavras a “parte selvagem” e as “suas entraduras”, enquanto etnógrafa que registra, observa, partilha, participa, produz uma escrita que significa o “outro” – criança – atravessada pelo olhar, interpretação e leitura desta.

Maria Claudia Coelho (2016), na apresentação da obra em edição brasileira “A escrita da cultura” (CLIFFORD; MARCUS, 2016), expõe alguns dos elementos que os autores que compõem a obra problematizam acerca da Antropologia. Sob outras perspectivas e olhares, num viés pós-contemporâneo, os autores indagam sobre:

a - a etnografia como gênero narrativo; b - a dimensão política das representações; c - a desconstrução do conceito de cultura; d - o papel da subjetividade/identidade do pesquisador na construção do objeto e nas próprias condições de possibilidade de realização do trabalho de campo. (COELHO, 2016, p. 10-11).

A obra apresentada busca, por meio dos pesquisadores, questionar, principalmente, os modos como a escrita, enquanto registro em uma pesquisa etnográfica, pode ser recriada, pensada enquanto um gênero literário. Esse movimento da Antropologia pós-moderna foi considerado nos anos de 1980 um movimento intelectual que visou romper com os modos de produzir e escrever uma etnografia. “A intenção é romper com uma relação de referência que o meio antropológico supunha até então haver, de acordo com os autores, entre o texto etnográfico e a realidade cultural ‘descrita’.” (COELHO, 2016, p. 8). Os registros e a composição do texto etnográfico na pesquisa com as crianças indígenas Kaingang buscaram a descrição do lugar em que as crianças vivem na aldeia, sob o olhar da etnógrafa e daquilo que para ela significa estar naquele lugar com aquelas crianças. Neste sentido, a escrita compunha-se de uma descrição densa do observado e vivido com as crianças no seu dia a dia, dos sentimentos, reflexões, que com o passar do tempo no campo foram sendo revisitadas, modificadas, reformuladas na medida em que novos elementos eram tecidos com as crianças e os adultos da aldeia.

Muitas vezes em minha ida a terra indígena não percebia o caminho por onde eu passava, muitas foram as paisagens que somente agora com outro olhar consigo ver e descrever na presença das crianças. (Diário de campo, 14 de novembro de 2017).

No caminho ouço galos cantando, pássaros que cantam nas árvores e os galhos que balançam com o vento e cantam a bela manhã, que estava um pouco fria ainda. O silêncio aparente da comunidade compõe-se de uma paisagem sem muitas mudanças, mas que compunham aquele amanhecer na comunidade. As crianças parecem estar em suas casas,

muitas delas acompanham seus familiares na venda do artesanato nessa época do ano. Percebo em algumas das casas um sinal que ali há crianças, pois os varais estão repletos de roupas pequenas. (Diário de campo, 08 de janeiro de 2018).

Considerando a produção da escrita na pesquisa, James Clifford (2016) corrobora acerca dos modos como se vinha produzindo a escrita na pesquisa, a qual passa a ser concebida na sua parcialidade, incompletude e, acrescemos, a ideia de originalidade, pois a escrita não significa a totalidade do campo senão uma parte deste que se constitui por processos que se modificam no decorrer da pesquisa.

O debate que envolve a escrita de uma etnografia é amplo, contraditório, complexo e se apresenta sob muitas nuances e concepções – não há pretensão de esgotá-lo neste texto, mas destacar que a “etnografia é uma atividade textual híbrida: ela atravessa os gêneros e as disciplinas” (CLIFFORD, 2016, p. 60-61), sendo importante “reconhecer as dimensões poéticas da etnografia [que] não exige que se desista dos fatos e dos relatos precisos em favor do jogo supostamente livre da poesia.” Nesta linha de pensamento, destacamos o excerto a seguir:

No caminho encontrei três crianças pequenas, estavam no pátio da casa, uma delas chorava, uma mulher na porta da casa conversava algo com as crianças e um jovem que estava sentado na varanda da casa olhava a situação. As crianças pareciam ter entre 2 a 3 anos aproximadamente. Andavam pela terra ainda molhada devido à chuva do dia anterior, havia um pouco de barro. Na volta as crianças estavam ainda pelo pátio, uma delas estava no banheiro e a outra saiu de dentro de um barraco com um adulto, enquanto a outra criança entrava no banheiro também. Percebe-se que as crianças pequenas fazem muitas coisas sozinhas e juntas, demonstram uma certa autonomia em suas ações e entre o ir e vir dentro do espaço da comunidade. (Diário de campo, 22 de janeiro de 2018).

Outra questão que destacamos na produção de uma escrita etnográfica está relacionada ao tempo do etnógrafo no campo, pois este permite a desconstrução de preconceitos e a construção de uma escrita que se aproxima das experiências das crianças e dos saberes locais que são produzidos por adultos e crianças na aldeia e na cidade. O tempo contribui para refletirmos e problematizarmos o que significa o campo ao pesquisador e aos sujeitos da pesquisa. O tempo passa a ser um aliado do etnógrafo no sentido de que permite voltar muitas vezes e se perguntar sobre questões que parecem fragmentadas, sem sentido num primeiro momento. Emerson, Fretz e Shaw (2013) entendem que numa etnografia o pesquisador se ocupa de um campo até então desconhecido; sua presença e participação nas atividades das pessoas ou grupos permite percorrer o cotidiano e se aproximar daquilo que é significativo para aquele grupo. Os autores destacam, em relação ao pesquisador, que

o etnógrafo busca uma profunda imersão no mundo de outros, de modo a captar o que estes experimentam como algo dotado de importância e significado. Através da imersão, o pesquisador de campo vê, de dentro, como as pessoas conduzem suas vidas, como elas desempenham seus afazeres cotidianos, o que consideram significativo e como o fazem. A imersão na pesquisa etnográfica, conseqüentemente, confere ao pesquisador acesso à fluidez da vida de terceiros e melhora sua sensibilidade para processos e interações. (EMERSON; FRETZ; SHAW, 2013, p. 356).

Acompanhar o dia a dia das crianças na aldeia e na cidade permitiu acessar parte das experiências que vivenciam nestes territórios, como se relacionam com o conhecido e o desconhecido, sejam as pessoas, sejam os lugares por onde transitam. No decorrer da pesquisa foi possível conhecer parte dos trajetos percorridos pelas crianças e seus familiares, o que possibilitou uma imersão maior naquilo que é significado para as crianças em seu cotidiano das experiências que vivenciam.

Chego a Florianópolis e vou para o mesmo local onde conheci Dona Iracema e as crianças Tauane e Lauany. Enquanto conversávamos as crianças foram se aproximando mais, estavam um pouco curiosas com minha presença, não sei como e nem em que momento, pois foi tudo muito rápido, que logo elas se achegaram e Lauany já estava sentada no meu colo, começamos a brincar, elas riam e me olhavam. Lauany é pequena, pouco falante, olhos pequenos parecendo amoras, pele morena, cabelos finos e lisos, soltos, deitava no meu colo e mexia no meu cabelo, colocava seus pés próximos aos meus ombros, seus pezinhos, pequenos, estavam descalços, machucados entre os dedos. Dona Iracema dizia: elas vão te sujar, Lauany não faz assim. Elas olhavam seriamente e paravam, e voltavam a brincar, e riam, deitava novamente nas minhas pernas, pegava na minha mão, no meu cabelo, sorria, colocava suas mãozinhas no meu rosto, parecia que estava se divertindo e Tuane ao lado, encostada na cadeira e em meu braço, beliscava de leve Lauany, mas queria brincar também. (Diário de campo, 28 de fevereiro de 2018).

Pensar a vida num outro modo de produzi-la, pela recusa e “denúncia”, pela problematização dos saberes produzidos sobre os sujeitos e suas relações com o outro, com aqueles discursos que se produzem acerca de suas vidas e realidade, tem como exigência uma relação ética com a verdade e com a realidade que se apresenta numa escrita etnográfica. Nesse sentido, da relação do sujeito para com a verdade, de dizer sobre si e o outro criança numa outra relação com a verdade e com o que somos enquanto pesquisadores, constituem o cuidado de si e do outro na pesquisa. Nas palavras de Foucault, em relação ao que somos:

Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos desse ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas de poder

moderno. A conclusão seria que o problema político, ético social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos. (FOUCAULT, 1995, p. 239).

O que as crianças nos dizem sobre elas? Como registrar o dia a dia das crianças Kaingang? A escrita dos registros de campo foi permanentemente refletida de perto, dentre os elementos do campo e as leituras produzidas acerca do tema. As narrativas das crianças e adultos foram registradas na medida em que a comunicação aconteceu na língua portuguesa, os demais registros seguiram pelas manifestações das crianças que foram observadas durante a estada no campo, o que significa um recorte de parte da realidade. Dos caminhos percorridos a campo, entre as idas e vindas para pensar a escrita numa composição que convoca a criança indígena como ator social, o desafio que se coloca está em “estar lá” encharcada de nossa individualidade que a todo o momento é colocada em tensionamento pelo olhar desi e do outro. As experiências vividas com e entre as crianças indígenas Kaingang e a pesquisadora desconstruíram a noção de tempo, lugar, instituição que muitas vezes denominamos a elas como necessárias e prioridade para seu bem viver. As crianças demonstram em seu cotidiano uma relação de saber sobre a cultura, a paisagem, o meio físico e social e participam das decisões sobre sua vida junto dos adultos.

No dia 19 de setembro de 2018, chego na aldeia e me dirijo a casa de Niara, encontro as crianças na varanda de sua casa, estavam preparando-se para ir à escola. Porém algo parece acontecer entre elas, que andam de um lado para outro, inquietas. As crianças conversam entre si na língua, se olham, riem e eu, junto delas, observo seus corpos e olhares, procuro entender o que está acontecendo, parece que combinam algo. Inara diz que não vai para a escola; Teçá diz que também não vai e sua amiga também. Niara chega, nos cumprimentamos [...]. Enquanto conversávamos sentadas num banco, Inara e as crianças juntas sentadas, conversaram na língua com Niara que parecia pensar e olhar para seu esposo. Inara falou, olhou para eles, eles se olharam, olharam para Inara, e Niara parecia decidir junto de seu esposo, pelos olhares, o que Inara lhes solicitava ou informava acerca de sua decisão e pedido. Naquele momento Inara era autorizada a ficar em casa.

- Elas querem ficar em casa pra cuidar do cachorrinho que ganharam. (Diário de campo, 19 de setembro de 2018).

As crianças nos dizem que querem vivenciar outras experiências além daquelas que a elas estão instituídas, seja pela educação, seja pelo direito ou medicina, demonstram que para além destas instituições está sua relação com a vida, com a terra, com os animais que fazem parte da aldeia e que por elas se desbrava. Neste sentido,



destacamos que estar com as crianças requer da pesquisadora atenção ao campo, a escrita que se enuncia sobre as crianças, para que desta escrita não se produza interpretações contrárias ao que está sendo vivenciado pelas crianças. Por isso, “a etnografia não estará dada em um primeiro momento, mas precisará ser construída no aguçamento do olhar em campo.” (GERBER, 2015, p. 39).

Clifford (2016) destaca que, ao referenciar a produção de uma escrita e leitura etnográfica,

são sobredeterminadas por forças que, em última instância, estão além do controle tanto dos autores quanto das comunidades interpretativas. Estas contingências – de linguagem, retórica, poder e história – precisam ser agora abertamente enfrentadas no processo de escrita. (CLIFFORD, 2016, p. 60).

O processo de registro e escrita do campo acerca das crianças indígenas Kaingang não se constituiu conclusivo e nem com a pretensão de nominar as experiências das crianças com a aldeia e a cidade em suas relações com os adultos e outras crianças. A escrita voltou-se insistentemente para o tensionamento entre os saberes da pesquisadora e daquilo que a história, a retórica construiu-se em torno dos povos indígenas, numa perspectiva de assim problematizar as “verdades” produzidas e as consequências destas na vida das crianças, o que não foi objetivo neste momento apresentar.

Em relação a pensar a escrita de um texto, destacamos as contribuições de Foucault, quando o autor cita que: “A escrita consiste essencialmente em empreender uma tarefa graças a qual e ao final da qual poderei, para mim mesmo, encontrar alguma coisa que não tinha visto inicialmente.” (FOUCAULT, 2016, p. 49). Portanto, o campo nos coloca na tarefa de revisitar a produção escrita pelos registros que empreendemos nesse tempo de estar lá, com as crianças, num processo de reviravoltas, de criação, estranhamentos e distanciamentos para então refletir, voltar ao campo e a escrita produzida para ver o que antes não tínhamos visto. Nas palavras de Gerber (2015, p. 35), o campo nos permite aprender enquanto pesquisador pelas “contradições, a diversidade, as inquietações que emergem quando estamos no exercício do campo.” A este exercício, o cuidado com a escrita, com as escolhas que fazemos para com o que registramos, em que voltar ao campo e à escrita nos convoca a revisitar para ver o que não foi possível de se ver naquele momento, perguntar o que ficou em dúvida, indagar o que se apresentava como verdade. As idas à cidade para acompanhar as crianças e seus familiares permitiram revisitar os conceitos que havia construído sobre o cuidado

dos adultos em relação às crianças indígenas Kaingang, tensionando para aquilo que é significado como cuidado na cultura não indígena.

De repente Tuane e Lauany, saem e vão brincar próximo a uma loja, encostadas na parede, se olham, sorriem uma para outra, parecem que aquele movimento todo da cidade não é por elas percebido, pois continuam brincando, indo e vindo até onde estávamos com a barraca dos artesanatos. Correm, brincam em meio às pessoas que por ali passam, pessoas estranhas que passam rapidamente de um lado para outro, e elas pequenas se 'perdem' no meio das pernas de adultos que transitam naquele movimento, parecem não temer, pois continuam brincando. Não percebo de Dona Iracema a preocupação e o cuidado em saber onde elas estão, parece que há uma confiança de que dali elas não sairão para outro lugar e nem com alguém que lhes seja estranho. Seguem até a outra barraca, que é do pai de Lauany, brincam, voltam, andam com as pernas abertas, pulam, vão devagar, apressam o passo, parece que o mundo a sua volta não existe, brincam como se estivessem sós, sem temer nada. Retornaram, Lauany pula no meu colo novamente e Tuane parece não ter gostado muito, pois a belisca, empurra devagar ela de meu colo, passa as mãos no seu cabelo e me olha, como se pedindo para eu a pegar. Dona Iracema diz para elas levarem as cestas para a outra barraca que seu pai ficará para vender, pois logo ela irá recolher tudo para ir a rodoviária. (Diário de campo, 28 de fevereiro de 2018).

A busca da palavra escrita que compõe o texto etnográfico exige do pesquisador o adensamento de suas leituras e olhares, na "lapidação" de uma palavra cuidadosa e que passa a dizer do outro, com a permissão deste que se faz pelos caminhos éticos, que se faz num exercício de estar consigo mesmo, de um silêncio que escolhe cada palavra atentamente no encontro com o outro de modo meticuloso, responsável, atento àquilo que é significado por este outro, no esforço de não trai-lo, e neste exercício trazer a lógica daqueles com que nos encontramos no percurso da pesquisa. Nas palavras de Fischer (2005), a composição da leitura e escrita acerca do que pesquisamos nos remete a muitos desafios que requerem sensibilidade do olhar e da escuta, de pensar sobre o que escrevemos e visitar a escrita que envolve o outro.

Falo aqui mais de uma atitude, de um gesto cotidiano conferido às nossas leituras e a nossa escrita e o que diz respeito a um jeito indagador que pomos sobre nossas produções, uma inquietude que nos faça desconfiar, a cada página escrita [...], da pertinência daquelas palavras, daquelas escolhas conceituais [...], os materiais empíricos sobre os quais nos debruçamos. (FISCHER, 2005, p. 133).

Percorrer os caminhos da etnografia em pesquisas com crianças indígenas nos coloca no primeiro desafio que tensionamos na composição desta escrita – de estar lá com as crianças – seja na aldeia, seja na cidade. Desafio que questiona, desestabiliza e recria os modos de pensar, de escrever e enunciar do etnógrafo acerca das crianças, que ao consentirem a sua participação na pesquisa partilham parte de seu cotidiano,

entre aproximações e recusas a entrada e permanência no campo se faz da imprevisibilidade, irregularidade que nos coloca em permanentes recomeços.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A prática da etnografia com os povos indígenas nos parece basilar enquanto possibilidade de desconstrução de modelos e verdades predeterminados acerca dos indígenas, quanto aos seus costumes, tradições, rituais, educação, a fim de conhecer o mais próximo possível a realidade para então problematizá-la, compreendê-la, sem subjugar-la ou emitir significados que não lhes pertençam. A etnografia cada vez mais nos permite dialogar com estes elementos que não se apresentam determinados, definidos, prontos, mas que são significados pelos diferentes povos. Assim:

Pensar não é se alinhar com o que já se conhece. É justamente o contrário disso. Movido por uma espécie de força forasteira, que não se interessa em refletir sobre a vida, mas agregar-lhe algo mais, pensa-se o impensável. Isso exige de nós piruetas mortais e quase nunca podemos contar com uma cama elástica que ampare as quedas. Despenca-se, fraturam-se ossos. Não é nada fácil desmontar um campo pronto de referências afixado na alma. (PRECIOSA, 2010, p. 28).

Inspiradas pelo pensar e pelas muitas imagens de crianças indígenas que se fazem pela etnografia em seus trajetos numa pesquisa, seja no campo da aldeia, seja da cidade, entre olhares, dizeres, cenas e lugares se coloca a “captura da infância” (LIMA, 2008), ou de muitas infâncias que nesse texto sob e a partir de algumas leituras e referenciais, provocamos para o “olhar e pensar” a escrita. Em referência a Preciosa (2010), pensamos que “não é nada fácil desmontar um campo pronto de referências afixado na alma”.

Das referências afixadas na “alma” do pesquisador, atentamos para a desconstrução do olhar, dos modelos ocidentais de conceber os sujeitos que nos invoca para uma relação de estranhamentos entre o que lemos, pensamos, escrevemos e vemos no campo. E nessa trajetória atravessada pelo tempo da pesquisa, pela alteridade, cuidadosamente demarcamos nossas escolhas que se textualiza pelo entrelaçamento de crianças, adultos e pesquisador.

Dos desafios que se coloca a pesquisa com crianças indígenas, como já citamos anteriormente, estão o assentimento, a autorização que passa pelo cacique, lideranças, órgãos responsáveis pelos povos indígenas e adultos responsáveis pelas crianças, para

somente depois chegar as crianças propriamente ditas; a aproximação e confiança das crianças e adultos, a língua e o que significam em sua cultura, bem como, a desconstrução do pensamento, de referenciais construídos sobre o “outro” e que se constituem em “verdades” que nos colocam a problematizar o nosso próprio pensar, o que reiteramos: quais embates enfrentamos na desconstrução das “verdades” enunciadas pelos campos de referências que tratam das crianças e suas infâncias indígenas? Como registramos as imagens e problematizamos nossa escrita enquanto etnógrafo? Quais marcas encontramos e imprimimos pelas linhas de uma escrita em nossos registros e textos que anuncia os dizeres, saberes, fazeres das crianças indígenas? Como nossas escolhas significam o campo em uma pesquisa com crianças?

O encontro com a escrita numa pesquisa etnográfica compõe-se pela intensidade e incompletude, de poucos fragmentos do que se apresenta o campo à pesquisadora, o que, nas palavras de Preciosa (2010, p. 23), nos coloca a pensar:

A ideia de fragmento arrasta consigo o incômodo da incompletude. [...] Que espécie de segurança pode oferecer um texto fracionado, aos pedaços, que insiste em ir ao encontro do que é episódico, descontínuo, dissipatório, efervescente, quase informe?

A composição da escrita requer revisitar leituras e o próprio campo, num permanente diálogo entre e com o que conhecemos do campo e que foi produzido por outras leituras, com o que temos do campo e foi por nós trajetado, o que se faz numa relação de escolhas éticas para com os sujeitos crianças indígenas e com os referenciais que lemos o contexto que se produz. O movimento do campo pela etnografia está atravessado pela alteridade que nos coloca na permanente relação com o como e o que pensamos dos sujeitos crianças em nossas pesquisas. A escrita na sua tessitura, recortes, escolhas, entraduras, constitui a incompletude, parcialidade e originalidade da pesquisa etnográfica. Consideramos que o diálogo sobre a escrita etnográfica é complexo e que precisamos ampliar as questões acerca do gênero textual que tratam de uma escrita etnográfica e que neste texto mencionamos.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Kátia Adair. Etnografia com crianças: quatro atos de uma vivência. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 11., 2016, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPED Sul, 2016. Disponível em:



<[http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-5\\_K%C3%81TIA-ADAIR-AGOSTINHO.pdf](http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-5_K%C3%81TIA-ADAIR-AGOSTINHO.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BARROS, Manoel de. **O livro das ignoranças**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.

CLIFFORD, James. Introdução: Verdades parciais. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George (Org.). **A escrita da cultura**: poética e política da etnografia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016. p. 31-62.

CLIFFORD, James; MARCUS, George (Org.). **A escrita da cultura**: poética e política da etnografia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.

COELHO, Maria Claudia. Sobre tropas e cornetas: apresentação à edição brasileira de Writing Culture. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George (Org.). **A escrita da cultura**: poética e política da etnografia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016. p. 7-26.

EMERSON, Robert M.; FRETZ, Rachel I.; SHAW, Linda L. Notas de campo na pesquisa etnográfica. **Revista Tendências**: Caderno de Ciências Sociais, Crato, n. 7, p. 355-383, 2013.

FERREIRA, Manuela. “- Ela é nossa prisioneira!” – questões teóricas, epistemológicas e ético-metodológicas a propósito dos processos de obtenção da permissão das crianças pequenas numa pesquisa etnográfica. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 2, p. 151-182, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/35092/2/86504.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Escrita acadêmica: arte de assinar o que se lê. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (Org.). **Caminhos investigativos III**: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 117-140.

FOUCAULT, Michel. **O belo perigo**: conversas com Claude Bonnefoy. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder”. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert L. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GERBER, Rose Mary. **Mulheres e o mar**: pescadoras embarcadas no litoral de Santa Catarina, sul do Brasil. Florianópolis: UFSC, 2015.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares. Infância: entre a anterioridade e a alteridade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 547-567, maio/ago. 2011.

JAFFE, Noemi. **Livro dos começos**. São Paulo: Cosac Naify, 2016.

LIMA, Patrícia de Moraes. Infância(s), alteridade e norma: dimensões para pensar a pesquisa com crianças em contextos não institucionais. **Currículo sem Fronteiras**, [s.l.], v. 15, n. 1, p. 94-106, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss1articles/lima.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

LIMA, Patrícia de Moraes. **Infância e Experiência**: as narrativas infantis e a arte-de-viver o cuidado. 2008. 140 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MARTINS FILHO, Altino José; PRADO, Patricia Dias (Org.). **Das pesquisas com crianças à complexidade da infância**. Campinas: Autores Associados, 2011.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade. O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017.

MUBARAC SOBRINHO, Roberto Sanches. Metodologias de investigação com crianças: outros mapas, novos territórios para a infância. **E-Cadernos CES**, Coimbra, v. 2, 2008. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/eces/1382>>. Acesso em: 4 jan. 2019.

NACKE, Aneliese. Os Kaingang: passado e presente. In: NACKE, Aneliese et al. (Org.). **Os Kaingang no Oeste Catarinense**: tradição e atualidade. Chapecó: Argos, 2007.

NUNES, Angela. No tempo e no espaço: brincadeiras das crianças A'uwe-Xavante. In: SILVA, Aracy Lopes da; NUNES, Angela; MACEDO, Ana Vera (Org.). **Crianças indígenas**: ensaios antropológicos. São Paulo: Global, 2002. p. 64-100.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. A língua brasileira. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 29-30, abr./jun. 2005. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a16v57n2.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

PAULA, Elaine de. **"Vem brincar na rua!"**: entre o Quilombo e a Educação Infantil: capturando expressões, experiências e conflitos de crianças quilombolas no entremeio desses contextos. 2014. 355 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

PRECIOSA, Rosane. **Rumores discretos da subjetividade**: sujeito e escritura em processo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2010.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e da classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de (Org.). **Estudos da Infância**: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 17-39.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. Estatuto de sujeito, desenvolvimento humano e teorização sobre a criança. In: FREITAS, Marcos C.; KUHLMANN, Moysés (Org.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 99-127.

## NOTAS



## PENSAR AS CRIANÇAS INDÍGENAS KAINGANG PELOS CAMINHOS DA ETNOGRAFIA

**Silvia Maria Alves de Almeida**

Doutoranda em Educação  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de Educação, Florianópolis, Brasil  
sii.llvv2017@gmail.com

**Kátia Adair Agostinho**

Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de Metodologia de Ensino  
Doutora em Estudos da Criança com Pós-doutorado na  
FLACSO (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Argentina)  
katia.ufsc@gmail.com

### Endereço de correspondência do principal autor

Rua Duque de Caxias, 593, CEP 89825-000, Xaxim, SC, Brasil.

### AGRADECIMENTOS

Agradecemos às crianças indígenas Kaingang, à aldeia na qual a pesquisa fora realizada e as professoras orientadoras desta pesquisa, professoras Dr. Patricia Moraes de Lima e Katia Adair Agostinho.

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

**Discussão dos resultados:** P. M. de Lima.

Todos os autores contribuíram substancialmente .

### CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

### FINANCIAMENTO

Programa UNIEDU – Pós-Graduação.

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética, número do processo 03203018.7.0000.0121, 05/05/2019.

### LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

### PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

### EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

### HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 09-07-2019 – Aprovado em: 25-10-2019

